PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA EDUCAÇÃO

GILSARA ALVES DE MATOS SILVA

RESUMO
O preconceito linguístico, muitas vezes, passa despercebido nas escolas e na comunidade em geral. Este artigo tem como objetivo mostrar como essa discriminação se revela no contexto educativo, investigando a distinção entre a língua real e as regras gramaticais tradicionais, os equívocos que reforçam a noção de uma única maneira "adequada" de se expressar oralmente e por escrito, e o impacto dessas convicções no aprendizado. A análise também observa como as instituições de ensino mantêm essa discriminação ao estabelecerem a norma culta como modelo ideal, desconsiderando a rica variedade linguística presente no Brasil. A língua é um fenômeno vivo, em constante transformação, adaptando-se às necessidades e influências da sociedade. Adicionalmente, será debatida a relevância de abordagens de ensino que apreciem as diferentes formas de falar e incentivem o respeito à diversidade. Ao examinar esses pontos, o estudo busca estimular a reflexão sobre a urgência de uma educação mais abrangente e atenta às vivências socioculturais dos indivíduos que utilizam a língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito linguístico; Educação; Gramática tradicional.

INTRODUÇÃO

A forma de se falar carrega a história, a cultura e a identidade. Porém, no território brasileiro a discriminação com as variedades dialéticas é presente na contemporaneidade, atingindo aqueles que não seguem a norma culta de falar e são acusados muitas vezes de inferioridade por não apresentarem domínio da norma padrão. Esse tipo de preconceito é evidente no ambiente escolar, observando-se que a diversidade dialética é vista como errada, prejudicando muitas vezes a aprendizagem do aluno, afirmando dentro da sala de escola que só existe “português correto".

A confusão entre a gramática normativa e a língua falada por alguém é comum. Muitas vezes, acredita-se que ambas é a mesma coisa, pois, na teoria, a diferença entre elas pode parecer sutil, no entanto, na prática, essa distinção se torna evidente. A população brasileira, de modo geral, tende a enxergar os dois conceitos como sinônimo o que leva a uma compreensão equivocada sobre a forma como a língua realmente funciona. Embora, em alguns contextos, os termos possam se aproximar, neste artigo eles serão tratados separadamente para melhor compreensão. Esta seção tem o objetivo de apresentar a definição de cada um desses conceitos, demonstrando suas aplicações e explicando de que forma influenciam a sociedade.

O objetivo deste artigo busca explicar como o preconceito linguístico se manifesta no ambiente escolar, analisar os diferentes dialetos, observar a diferença entre a gramática normativa e a língua, refletir sobre crenças equivocadas que buscam intimidar pessoas “desprovidas” de educação dialética. Logo, o artigo propõe a aceitação e valorização da variação e como ela é levada para o mundo a partir da escola, que deve ter como objetivo educação, respeito e diversidade linguística.

A GRAMÁTICA NORMATIVA E SUA INFLUÊNCIA NA LÍNGUA

A gramática normativa tem a função de preservar a tradição linguística, estabelecendo um conjunto de regras fixas que são ensinadas nos currículos acadêmicos. Seu principal propósito é definir um padrão de escrita e fala considerado "correto", que deve ser seguido e reproduzido dentro dos meios formais. Dessa forma, a gramática normativa busca categorizar o que é “certo” e o que é “errado” no uso da língua, determinando um modelo de referência que, na prática, nem sempre reflete a diversidade linguística existente.

Segundo Antunes (2014, p. 67), “a gramática normativa não é neutra. Ela representa uma ideologia, a de uma elite dominante que impõe sua variedade linguística como a única correta e aceitável”, a gramática normativa também exerce um papel no controle social, reforçando a ideia de que há línguas e cultu-

ras "superiores" e "inferiores".
Ao estabelecer um modelo linguístico ideal, acaba desvalorizando e marginalizando outras formas legítimas de comunicação, como as variedades regionais e populares, isso ocorre porque a norma culta, muitas vezes, é imposta como única forma válida de expressão, fazendo com que outras maneiras de falar sejam vistas com preconceito. Esse fenômeno se manifesta principalmente no ambiente escolar, que deveria ser um espaço de inclusão e aprendizado. No entanto, a exigência do domínio absoluto da norma padrão pode acabar gerando exclusão e desigualdade.
Estudantes que não dominam essa variante são frequentemente taxados como pouco instruídos ou até mesmo incapazes, enquanto aqueles que a dominam são considerados mais inteligentes e preparados. Esse tipo de visão não apenas reforça a desigualdade social, como também perpetua a discriminação linguística, criando barreiras para a ascensão acadêmica e profissional de muitos indivíduos. Por outro lado, o conceito de língua é muito mais amplo e dinâmico.
A língua é um fenômeno vivo, em constante transformação, adaptando-se às necessidades e influências da sociedade. Sua estrutura sofre mudanças ao longo do tempo, sendo moldada pela cultura, pelo ambiente social e pelo contexto histórico.
Essas transformações ocorrem naturalmente, por meio de mudanças fonéticas, gramaticais e lexicais, que fazem parte do desenvolvimento da comunicação humana. Além disso, a língua pode ser vista de diferentes formas, dependendo da abordagem adotada. Para alguns estudiosos, ela é um sistema estruturado, com regras próprias que permitem a comunicação entre os falantes. Para outros, a língua é um reflexo das interações humanas, adaptando-se às circunstâncias e evoluindo conforme a sociedade se modifica.
A relação entre gramática normativa e língua se dá no fato de que a primeira tenta impor um padrão fixo sobre algo que, por natureza, não pode ser completamente padronizado. A língua está em constante evolução, enquanto a gramática normativa busca estabelecer regras rígidas para sua estrutura e uso. No entanto, essa tentativa de controle nem sempre é eficaz, pois a comunicação humana é espontânea e diversa, indo além das normas estabelecidas pelos gramáticos. A relação entre os dois conceitos está no fato de que a gramática normativa tenta padronizar a língua, mesmo que essa padronização seja, na prática, impossível. A língua evolui e se adapta à sociedade, enquanto a gramática normativa busca fixá-la em um modelo estático.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO E SEUS MITOS
Para compreender melhor esta seção, é fundamental analisar o significado da palavra "preconceito". O termo deriva da junção de "pré", que indica antecipação, e "conceito", que remete a julgamento. Assim, preconceito significa fazer um julgamento antecipado, sem conhecimento ou reflexão adequada sobre o assunto.
No Brasil colonial, por exemplo, o português tornou-se a única língua legítima, enquanto as línguas africanas foram classificadas como marginalizadas. Esse processo reforça o conceito de manutenção de uma norma linguística consistente. O preconceito linguístico tem origem nas relações sociais dentro de uma sociedade, manifestando-se quando determinadas formas de falar são consideradas inferiores a outras.
Esse fenômeno está ligado a diversos fatores históricos, sociais e culturais. Historicamente, até o Iluminismo, o termo "preconceito" não possuía a conotação negativa que tem na contemporaneidade. De acordo com os pensadores iluministas, o preconceito pode surgir pela autoridade humana, quando aqueles em posição de poder impõem suas próprias regras de linguagem porque possuem a influência necessária para fazê-lo, o que ocorre por meio da mídia, de instituições governamentais e, principalmente, do sistema educacional. Segundo Rousseau (2005, p. 50), “o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer: isto é meu — e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditarem nele — foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.” A mídia, por exemplo, tem um papel significativo na perpetuação do preconceito linguístico.
Em novelas, filmes e programas humorísticos, personagens que falam variedades populares do português muitas vezes são

representados de forma estereotipada, reforçando a ideia de que há um modo 'certo' e 'errado' de falar. Um exemplo disso é o personagem Mate, do filme Carros (2006), da Pixar, que possui um sotaque característico do interior e, por isso, é frequentemente retratado como ingênuo, atrapalhado e menos inteligente.

Esse tipo de representação transmite a mensagem de que a linguagem do interior é inferior e menos digna de respeito, contribuindo para a marginalização dessas formas de falar. Também pode surgir pela pressa ao falar, quando uma pessoa julga antecipadamente o modo de falar de outra sem antes compreender as razões por trás dessa variação linguística, sem interesse pela cultura, pela história ou pelo contexto que levaram o falante a se expressar daquela maneira.

Atualmente, o preconceito é amplamente discutido em contextos raciais e sociais, especialmente no que diz respeito à discriminação racial. No entanto, o preconceito linguístico, embora tenha grande impacto na vida das pessoas, ainda é um tema pouco abordado e frequentemente ignorado. Ele se manifesta quando determinadas formas de falar são desvalorizadas, consideradas erradas ou inferiores, gerando exclusão social e educacional.

Além disso, é essencial entender o conceito de "mito". “A palavra tem origem no grego mýthos, que significa narrativa ou relato transmitido ao longo do tempo.” (HOUAISS, 2001, p. 1245) No contexto do preconceito linguístico, os mitos são crenças enganosas que se perpetuam na sociedade, influenciando a forma como as pessoas julgam a fala dos outros. O livro “Preconceito Linguístico: O que é e como se faz”, de Marcos Bagno, oferece uma visão crítica sobre os mitos que sustentam esse preconceito.

Nesta seção, serão analisados alguns desses mitos e como eles impactam a percepção social sobre a língua. Bagno (1999) destaca que, embora o preconceito linguístico afete milhões de brasileiros diariamente, ele recebe pouca atenção da mídia e do sistema educacional, que frequentemente reforçam ideias equivocadas sobre o "certo" e o "errado" na língua. Muitas pessoas acreditam que a língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente.

Esse mito sugere que todos os brasileiros falam português da mesma forma, o que não corresponde à realidade. Em um país com mais de 211 milhões de habitantes, distribuídos por diferentes regiões, culturas e condições socioeconômicas, a diversidade linguística é inevitável. A língua sofre variações naturais de acordo com fatores como localização geográfica, nível de escolaridade, classe social e contexto de uso. Há diferenças entre o português falado no Norte e no Sul do Brasil, entre o meio urbano e o rural e até mesmo entre diferentes grupos etários. Portanto, a ideia de uma unidade linguística absoluta é impossível.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO AMBIENTE ESCOLAR

A desigualdade educacional no Brasil contribui significativamente para a propagação dos mitos mencionados anteriormente. O acesso à educação de qualidade ainda é um privilégio para poucos, e muitas pessoas são privadas de oportunidades de aprendizado e ascensão social.

No entanto, isso não significa que falem "errado", apenas que utilizam uma variedade linguística diferente da norma padrão, adequada ao seu meio e contexto de vida. Essa realidade reforça a necessidade de compreendermos a língua como um fenômeno vivo e dinâmico, que se molda de acordo com a cultura e as interações sociais.

Um dos mitos mais prejudiciais à diversidade linguística é o de que pessoas sem instrução falam errado. Esse pensamento reforça a ideia equivocada de que existe apenas uma forma legítima de falar português e que qualquer variação em relação à norma culta deve ser considerada um erro.

No entanto, a língua não é estática e possui diferentes formas de expressão, todas igualmente válidas dentro de seus contextos de uso. Um equívoco comum é acreditar que as palavras devem ser faladas exatamente como são escritas, ignorando que a oralidade apresenta variações naturais em diferentes regiões do Brasil. Essas mudanças são reflexas de fatores históricos, culturais e sociais, e não devem ser vistas como falhas, mas sim como manifestações legítimas da identidade de um povo.

Por exemplo, palavras como "menino" po-

dem ser pronunciadas como minino em algumas partes do país, "porteira" pode se tornar portera no interior, e "você" pode ser dito como ocê ou cê, dependendo da localidade.

De acordo com CUNHA e CINTRA (1963, p. 271) “É preciso ter na devida conta que unidade não é igualdade; no tecido linguístico brasileiro, há, decerto, gradações de cores.” Minucioso estudo de campo determinaria, com segurança, várias áreas. O que é certo, porém, é que o conjunto dos falares brasileiros se coaduna com o princípio da unidade na diversidade e da diversidade na unidade.

Essas variações não indicam falta de conhecimento, mas sim adaptações naturais da língua falada, que ocorrem em qualquer idioma ao redor do mundo. Mesmo assim, no ambiente escolar, os professores muitas vezes impõem a norma padrão como a única forma aceitável de comunicação, desconsiderando que a linguagem oral segue padrões distintos da escrita. Essa imposição pode levar alunos a se sentirem desvalorizados ou envergonhados por sua maneira de falar, além de desestimular a participação ativa nas atividades escolares. Imagine um estudante que se muda do Sul para o Norte do Brasil e percebe que seu jeito de falar é diferente dos colegas.

Ele pode acabar se sentindo deslocado e até discriminado, pois seu sotaque e suas expressões regionais podem ser vistos como "errados" simplesmente por não se encaixarem no modelo da norma padrão. Essa imposição da norma culta pode causar insegurança linguística, fazendo com que pessoas de determinados grupos sociais evitem falar em certos ambientes por medo de serem corrigidas ou ridicularizadas.

O preconceito linguístico, portanto, não é apenas uma questão acadêmica, mas também um problema social que afeta a autoestima e a inclusão dos falantes. Além disso, existe a crença de que, para saber gramática, é necessário ler e escrever bem. Mas o que significa "ler e escrever bem"? Significa seguir rigidamente a norma padrão ou ter fluência na comunicação? Esse mito sugere que só há um único modelo correto de expressão escrita e oral, ignorando a existência das variações linguísticas e dos diferentes contextos de comunicação. Marcos Bagno esclarece que, historicamente, houve uma inversão na percepção da gramática normativa. Ele explica que, originalmente, as gramáticas foram criadas para registrar e descrever a forma como os escritores de prestígio usavam a língua.

O que aconteceu, ao longo do tempo, foi uma inversão da realidade histórica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como ‘regras’ e ‘padrões’ as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. [...] A gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela. BAGNO (2014, p. 64)

No entanto, com o tempo, passaram a ser vistas como um conjunto de regras fixas que todos devem seguir rigidamente, desconsiderando a diversidade natural da língua. A gramática normativa não é superior às outras formas de falar e escrever; ela é apenas um modelo utilizado em contextos formais.

No entanto, sua imposição como única forma correta reforça a exclusão social e a marginalização de grupos que não falam de acordo com esse padrão. A ideia de que só existe uma maneira correta de falar ignora a diversidade linguística do país e contribui para a exclusão de milhões de brasileiros que não se enquadram nesse padrão.

Assim, é essencial que a educação promova uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação às variações linguísticas. O Ministério da Educação (MEC) Reconhece que o português falado no Brasil apresenta muitas variações dialetais e que a forma de falar de uma pessoa pode revelar sua origem geográfica e social.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

BRASIL (1998, p. 29)

No entanto, a sociedade atribui um valor diferente a cada variação, tratando algumas como superiores e outras como inferiores. Esse preconceito deve ser combatido no ambiente escolar, promovendo uma educação que respeite a diversidade linguística e cultural do país.

Afinal, a escola não deve apenas ensinar regras gramaticais, mas também desenvolver a capacidade crítica dos alunos para compreenderem a língua em seus diferentes contextos de uso. A pesquisa realizada para este trabalho buscou identificar a presença do preconceito linguístico nas escolas e analisar quais práticas pedagógicas são adotadas para reduzi-lo.

Um exemplo claro desse tipo de preconceito pode ser observado nas histórias em quadrinhos de Chico Bento, personagem de Maurício de Sousa. Chico é um menino da roça que fala de maneira diferente dos personagens urbanos. Em diversas histórias, sua professora o corrige constantemente, reforçando a ideia de que sua forma de falar é errada. Esse tipo de representação ajuda a perpetuar o preconceito linguístico, fazendo com que crianças que falam de forma semelhante ao personagem se sintam inadequadas ou inferiores.

Para combater esse problema, é essencial que os professores disponibilizem um ambiente escolar inclusivo, desenvolvendo práticas pedagógicas que acolham os alunos em vez de marginalizá-los. Isso inclui a adoção de materiais didáticos que reflitam a diversidade linguística do país, a promoção de debates sobre o preconceito linguístico e a criação de um espaço aberto para a valorização das diferentes formas de falar.

Além disso, a escola deve incentivar a reflexão sobre o papel da linguagem na construção da identidade cultural dos indivíduos, destacando que todas as variedades linguísticas têm seu valor e sua função na comunicação. Com essas mudanças, o ambiente acadêmico pode demonstrar um verdadeiro compromisso com a valorização da diversidade linguística, promovendo um ensino mais justo e acessível para todos. Afinal, a língua é viva, dinâmica e está em constante transformação.

Em vez de reforçar preconceitos, a escola deve ensinar os alunos a compreender as diferentes variações linguísticas e a respeitá-las, garantindo que ninguém seja excluído ou inferiorizado por sua forma de falar. A valorização das múltiplas formas de expressão fortalece a identidade cultural e social dos indivíduos, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade linguística não é vista como um problema, mas como uma riqueza.

CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO LINGUÌSTICA INCLUSIVA

A diversidade cultural no Brasil é inegável, refletindo-se também na maneira como a língua é falada em diferentes regiões e grupos sociais. No entanto, mesmo com essa riqueza linguística, ainda enfrentamos desafios para aceitá-la plenamente, especialmente no ambiente escolar.

Muitas vezes, o ensino da língua portuguesa é conduzido de forma rígida, privilegiando apenas a norma padrão e desconsiderando a realidade dos falantes. Isso gera um problema significativo: a imposição de um modelo único de fala e escrita faz com que muitos alunos se sintam inadequados ou até mesmo inferiores, simplesmente porque sua forma de se expressar não corresponde ao que é considerado “correto”.

Para mudar esse cenário, é essencial adotar métodos de ensino que respeitem e valorizem a diversidade linguística dos alunos, em vez de tentar apagá-la. O ensino híbrido, por exemplo, apresenta uma abordagem interessante, pois combina os benefícios do ensino tradicional com os recursos do ambiente digital. Essa estratégia permite que o aprendizado seja mais dinâmico e acessível, respeitando diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

Além disso, a variedade de métodos contribui para a inclusão de alunos com dificuldades específicas, como aqueles com TDAH, dislexia ou outras dificuldades de aprendizado. Para esses alunos, o uso de materiais adaptativos, videoaulas e estratégias personalizadas pode fazer uma grande diferença, garantindo que eles compreendam melhor a gramática normativa sem que isso se torne uma barreira para sua participação na escola. Discutir diariamente a variação linguística dentro da sala de aula é um passo

fundamental para promover uma educação mais inclusiva.

Criar espaços para debates sobre o tema possibilita que os alunos reflitam sobre suas próprias formas de falar e percebam que todas as variedades da língua têm valor e contexto de uso. Dessa forma, eles desenvolvem um olhar mais crítico e empático em relação à diversidade linguística ao seu redor.

Além disso, dar voz aos alunos e permitir que compartilhem suas experiências linguísticas fortalece sua identidade e aumenta sua confiança ao se comunicar. No entanto, isso só será eficaz se houver um compromisso real por parte dos professores e da instituição de ensino em quebrar os preconceitos que ainda persistem dentro da escola. A discriminação contra alunos por causa de sua forma de falar é um problema que vai além da questão linguística.

Muitas vezes, esse tipo de preconceito está associado a desigualdades sociais, econômicas e culturais. Quando um aluno sente que sua maneira de se comunicar não é aceita no ambiente escolar, ele pode desenvolver um sentimento de inferioridade e até mesmo evitar interações, com medo de ser corrigido ou ridicularizado.

Esse impacto emocional pode comprometer seu desempenho acadêmico e, em longo prazo, afetar sua autoestima e sua relação com os estudos. Infelizmente, a valorização excessiva das áreas de exatas em detrimento das áreas de linguagem também contribui para essa questão. Como a matemática e as ciências exatas são frequentemente tratadas como disciplinas mais importantes dentro do sistema educacional, os alunos que se destacam em áreas relacionadas à comunicação, literatura e escrita nem sempre recebem o mesmo reconhecimento e incentivo.

Valorizar as diferentes aptidões dos alunos é essencial para que cada um possa desenvolver seus talentos ao máximo. No entanto, a forma como a sociedade encara a linguagem ainda é um grande obstáculo nesse processo. Mesmo que uma pessoa seja extremamente competente em várias áreas, se sua maneira de falar não seguir rigorosamente a norma padrão, ela pode ser subestimada ou até mesmo descartada em determinados contextos. Isso acontece porque, no imaginário coletivo, a norma culta ainda é vista como um símbolo de inteligência e status social, enquanto as variações linguísticas são muitas vezes associadas à falta de educação.

Por esse motivo, os professores desempenham um papel fundamental na construção de uma educação mais inclusiva e respeitosa em relação à diversidade linguística. Eles precisam estar preparados para lidar com alunos de diferentes perfis e implementar estratégias que garantam um aprendizado igualitário para todos. Isso inclui não apenas ensinar a norma culta como uma ferramenta importante para determinados contextos formais, mas também demonstrar que a língua é viva, dinâmica e plural.

Os alunos precisam entender que sua forma de falar não define sua inteligência ou seu valor como indivíduo. Quando os professores adotam essa abordagem, eles não apenas ajudam a combater o preconceito linguístico, mas também contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito linguístico continua sendo um problema relevante, especialmente no ambiente escolar, onde a norma formal geralmente chama a atenção para a única forma legítima de expressão. No entanto, esta perspectiva ignora a riqueza e a diversidade da língua, contribuindo para a perpetuação das desigualdades.

Muitos estudantes terminam se sentindo desvalorizados por usar variações linguísticas que diferem da norma padrão, o que pode afetar tanto sua autoestima quanto seu desempenho acadêmico. Como se analisa a extensão deste trabalho, a linguagem não se limita à gramática normativa, e impõe um modelo rígido de correção que pode resultar em exclusão e rejeição de preconceitos.

A escola, como espaço de educação e desenvolvimento, desempenha um papel central neste cenário. No entanto, em vez de atuar como promotor da diversidade linguística, um menu contribui para a difusão da ideia de que só existe uma forma correta de falar e escrever. Esta postura ressalta a necessidade de repensar as práticas pedagógicas, adotando uma abordagem mais inclusiva

que reconheça e valorize a pluralidade linguística. Por isso, reformular as estratégias de ensino é essencial.

É fundamental que a educação linguística considere a diversidade de usos da língua, promovendo o respeito pela identidade dos habitantes e fomentando a reflexão crítica sobre os preconceitos linguísticos. Só assim as escolas poderão cumprir seu papel como agentes de mudança, garantindo que o conhecimento seja acessível a todos, sem descobrir a realidade e a identidade de cada indivíduo. Ao final e ao cabo, a língua deveria ser um instrumento de comunicação e inclusão, sem segregação.

REFERÊNCIA

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 56. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Martins Fontes, 2005

ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2014

SOUZA, Maurício de. Chico Bento: O caipira e a cidade. São Paulo: Globo, 2014

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963

SILVA, Emanuelle Fontinele da. O espaço que as variações linguísticas ocupam no ensino: o preconceito linguístico no ambiente escolar. Eventos Pedagógicos, v. 15, n. 2, jul./ago. 2024

MARINHO, Janice Helena Chaves; VAL, Maria da Graça Costa. Variação linguística e ensino. Belo Horizonte: Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), 2006

LIMA, Eciône Félix de; DIAS, Kátia Jeanne Teixeira; MACHADO, Yzynya Silva Rezende. Variação linguística e preconceito no contexto escolar: contribuições para o debate. 11 dez. 2023

CARROS. Direção: John Lasseter. Estados Unidos: Pixar Animation Studios; Walt Disney Pictures, 2006. Filme